

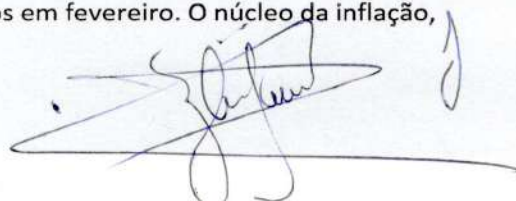
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS
114ª Reunião Ordinária**

ATA Nº 4/2025

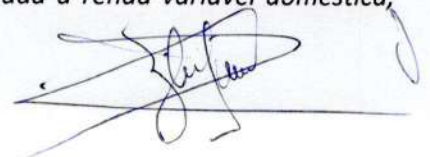
Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2025, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2024, o Diretor Presidente, o representante do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Fernando Nascimento e Elza Maria Jucá. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de abril nº A2504000 a A2504007; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; e, 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de março/2025. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em março no montante R\$ 3.462.435,40 (0,89%); considerando que o IPCA foi de (0,56%), não foi possível cumprir a meta atuarial determinada para mês (0,95%). Verificou-se retorno positivo de (0,82%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance positiva (1,78%), puxadas pela valorização no índice IBOVESPA no acumulado do mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (3,15%) ainda não é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (3,33%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. Conforme ata do FOMC do Federal Reserve divulgada recentemente, o comitê discutiu sua estratégia de política monetária em que os participantes observaram queda nos rendimentos dos Treasuries, aumento da volatilidade e ampliação dos spreads de crédito, refletindo preocupações com a desaceleração da economia e incertezas comerciais. A análise da equipe do Fed indicou que o PIB real seguia em expansão sólida, com o desemprego estabilizado em 4,1% e a inflação ainda moderadamente elevada, com o núcleo do PCE em 2,8% em fevereiro. O mercado de trabalho mostrou estabilidade, apesar de algum arrefecimento nos ganhos de emprego e na participação da força de trabalho. Como também apontado na ata, nos mercados financeiros, houve queda nos juros nominais e reais, aumento na volatilidade e ampliação dos spreads de crédito, refletindo preocupações com crescimento e inflação. Diante desse cenário e da elevada incerteza quanto às perspectivas econômicas, todos concordaram em manter a taxa básica de juros na faixa de 4,25% a 4,5%. A inflação ao consumidor da China de março recuou -0,1% em relação ao ano anterior, permanecendo em território deflacionário pelo segundo mês seguido, após uma queda de -0,7% em fevereiro. O resultado veio abaixo das expectativas dos analistas, que previam estabilidade. Apesar disso, o núcleo da inflação, que exclui alimentos e energia, subiu 0,5%, mostrando sinais de recuperação. Nos Estados Unidos, em março, o índice de preços ao produtor caiu -0,4%. A queda foi impulsionada principalmente pelo recuo de -0,9% nos preços de bens finais, enquanto os preços de serviços finais diminuíram -0,2%. Já o índice de preços ao consumidor recuou -0,1% em março, após alta de 0,2% em fevereiro, refletindo principalmente a queda nos custos de energia. Na janela em 12 meses, o CPI subiu 2,4%, abaixo dos 2,8% registrados em fevereiro. O núcleo da inflação,

Emj.

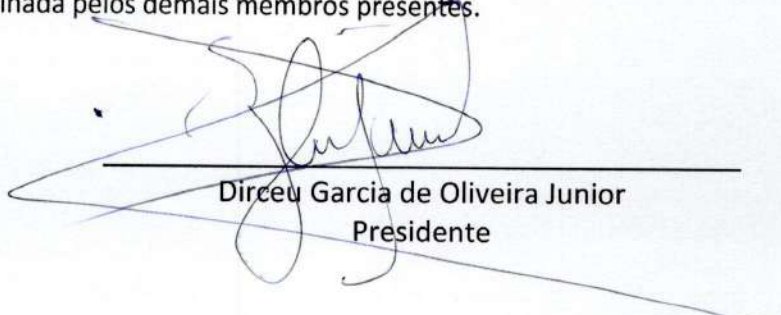


que exclui alimentos e energia, avançou 0,1% no mês e 2,8% na base anual, também abaixo das leituras anteriores, indicando uma desaceleração na inflação. Já no Brasil, o IPCA de março subiu 0,56%, desacelerando em relação aos 1,31% de fevereiro. No acumulado do ano, a inflação soma 2,04%, e em 12 meses chegou a 5,48%, acima dos 5,06% do período anterior, indicando uma pressão inflacionária crescente e acima do teto da meta (4,5%). Em 09/04/2025, a **TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, na qualidade de administradora fiduciária do **BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII**, convocou Assembleia Geral Ordinária de Cotistas do Fundo, a ser realizada por meio de **CONSULTA FORMAL**, para deliberar acerca da aprovação das Demonstrações Financeiras do fundo, devidamente auditadas nos termos da regulamentação em vigor, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024. A análise perfunctória do relatório de auditoria assinalado pela AUDIPEC – AUDITODIA E PERÍCIA CONTÁBIL não evidenciaram distorção nas demonstrações financeiras do Fundo; no entanto, indicam que, em 2023, o fundo sequer produziu receita suficiente para equacionar o valor da taxa de administração, cujo saldo devedor ficou lançado no passivo da entidade, sendo liquidado, no exercício subsequente, com recursos da alienação de bens imóveis. Tal procedimento foi determinante para impingir uma desvalorização do valor patrimonial das cotas do fundo, de modo que a alienação do imóvel não foi convertida em amortização em favor dos cotistas. Em 2024, as demonstrações financeiras indicam que as receitas do fundo, mais uma vez, não foram suficientes para geração de dividendos a serem distribuídos em favor dos cotistas, fator que, aliado ao aumento da taxa SELIC, vem imprimindo perdas consideráveis ao valor de mercado da cota. Diante do histórico de desvalorização do fundo e da falta de perspectiva de retorno do investimento – realizado em 2018 e desde então com pífia geração de dividendos - o comitê passará a avaliar a melhor opção para realizar o desinvestimento no ativo. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS. Para tanto, recomendamos a diminuição de maneira gradativa da exposição em fundos atrelados às durações mais longas dos IMAs, como o IMA-B 5+ e o IMA-B e IMA-Geral. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição do RPPS em fundos deste segmento para o patamar de 5% do portfólio. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto a ser atingido pela Selic, recomendamos cautela por parte dos investidores na exposição de ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido à marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros e suas revisões altistas, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados à taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica,*

Emy



ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas trazam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 826.079,34 (oitocentos e vinte e seis mil, setenta e nove reais e trinta e quatro centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); 2) Autorizar o Gestor a aplicar R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-70); 3) manter inalteradas as demais aplicações; e 4) determinar ao Gestor que requeira parecer à Assessoria de Investimento quanto à confiabilidade das demonstrações financeiras do fundo CARE11 e do relatório de auditoria apresentado pela administradora, a fim de subsidiar o voto à consulta formal convocada para a respectiva aprovação. Assim, às 09:15h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente

(AUSENTE)
Clécio Abrahão Ataíde
Diretor Administrativo-financeiro do TLPrev

(AUSENTE)
Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração

Fernando Nascimento

Fernando Nascimento
Representante do Conselho Fiscal

Elza Maria Jucá

Elza Maria Jucá
Representante dos Servidores Públicos Municipais
